

SABINE GOROVITZ E
ENRIQUE HUELVA UNTERNBÄUMEN (ORG.)

POLÍTICAS E TENDÊNCIAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

EDITORA



UnB

Reitora
Vice-Reitor



Universidade de Brasília

Márcia Abrahão Moura
Enrique Huelva

EDITORA



UnB

Diretora

Germana Henriques Pereira

Conselho editorial

Germana Henriques Pereira (Presidente)
Fernando César Lima Leite
Beatriz Vargas Ramos Gonçalves de Rezende
Carlos José Souza de Alvarenga
Estevão Chaves de Rezende Martins
Flávia Millena Biroli Tokarski
Jorge Madeira Nogueira
Maria Lidia Bueno Fernandes
Rafael Sanzio Araújo dos Anjos
Sely Maria de Souza Costa
Verônica Moreira Amado

SABINE GOROVITZ E
ENRIQUE HUELVA UNTERNBÄUMEN (ORG.)

POLÍTICAS E TENDÊNCIAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

EDITORA



UnB

Coordenadora de produção editorial
Preparação e revisão

Equipe editorial

Luciana Lins Camello Galvão
Jeane Antonio Pedrozo

© 2018 Editora Universidade de Brasília

Direitos exclusivos para esta edição:
Editora Universidade de Brasília
SCS, quadra 2, bloco C, nº 78, edifício OK,
2º andar, CEP 70302-907, Brasília, DF
Telefone: (61) 3035-4200
Site: www.editora.unb.br
E-mail: contatoeditora@unb.br

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem a autorização por escrito da Editora.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília

P769 Políticas e tendências de internacionalização do ensino superior no Brasil / Sabine Gorovitz e Enrique Huelva Unternbäumen (org.). - Brasília : Editora Universidade de Brasília, 2021. 284 p. ; 23 cm.

ISBN 978-65-5846-156-2

1. Ensino superior - Internacionalização - Brasil. 2. Educação - Cooperação internacional. 3. Política linguística. 4. Redes de cooperação acadêmicas. I. Gorovitz, Sabine (org.). II. Unternbäumen, Enrique Huelva (org.).

CDU 378

Sumário

Apresentação	9
--------------------	---

PARTE 1

PROCESSOS, POLÍTICAS E PROGRAMAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO HOJE

Capítulo 1

A internalização das universidades brasileiras	15
--	----

Heitor Gurgulino de Souza

Universidade da ONU

Capítulo 2

Políticas de Integração e Cooperação Técnica de Internacionalização das Instituições de Ensino Superior — perspectivas Unesco	31
--	----

Maria Rebeca Otero Gomes e Thais Guerra

Unesco

Capítulo 3

Expectativas para o crescimento do Programa MARCA MERCOSUL	45
--	----

Grasiele Reisdörfer

MEC – Programa Marca Mercosul

Capítulo 4

Educação superior brasileira: cenários e reais e possibilidades de cooperação Brasil/Goa/Índia	53
---	----

Marcos Formiga

UnB/Ceam – Núcleo do Futuro

PARTE 2

POLÍTICAS LINGUÍSTICAS EM PROL DA INTERNACIONALIZAÇÃO ACADÊMICA

Capítulo 5

Políticas del lenguaje en el campo de las ciencias y la educación superior en América Latina 73

Rainer Enrique Hamel

Universidad Autónoma Metropolitana – UAM

Capítulo 6

Plurilingüismo Académico: a intercompreensão como prática comunicativa em contexto universitário 101

Angela Erazo Muñoz

Universidade Federal da Paraíba – UFPB

Capítulo 7

A Língua Portuguesa em Goa / Índia: uma breve história e evolução mais recente 117

Aurobindo Xavier

Sociedade Lusófona de Goa – LSG

Capítulo 8

Missões e desafios da Agência Universitária da Francofonia (AUF) 127

Isabela de Cerqueira Silva Ospital

Agência Universitária da Francofonia – AUF

Capítulo 9

Pela diversidade linguística nas universidades: o monolingüismo do inglês em debate 135

Sabine Gorovitz

Universidade de Brasília – UnB

PARTE 3

POLÍTICAS DE INTEGRAÇÃO, REDES E AGÊNCIAS DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Capítulo 10

Universidade de Brasília e a Aliança Universitária da Região do Ruhr:
atividades e desafios 147

Stephan Hollensteiner e Fernando Oliveira Paulino

Faculdade de Comunicação – FAC/UnB

Capítulo 11

A cooperação universitária com a Alemanha e o papel do Serviço
Alemão de Intercâmbio Acadêmico (DAAD) 161

Martina Schulze

Deutscher Akademischer Austauschdienst – DAAD

Capítulo 12

Internacionalización en la Organización de los
estados Iberoamericanos 173

Paulo Speller

OEI

Capítulo 13

A Cooperação Acadêmica da União Europeia com o Brasil 183

Claudia Gintersdorfer

União Européia – UE

Capítulo 14

A contribuição dos estudos latino-americanos para a
internacionalização das universidades brasileiras e para a produção
de um conhecimento global 193

Rebecca Lemos Igreja e Simone Rodrigues Pinto

Universidade de Brasília – UnB

PARTE 4

BOAS PRÁTICAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO NO BRASIL

Capítulo 15

O processo de internacionalização acadêmica da Unicamp 213

Luís Augusto Barbosa Cortez

Faculdade de Engenharia Agrícola (Feagri)/Unicamp

Capítulo 16

Panorama da cooperação franco-brasileira em matéria de
pesquisa científica e ensino superior 235

Alain Bourdon

Embaixada da França no Brasil

Capítulo 17

Acordos internacionais entre a FAU/UnB e as
universidades estrangeiras 243

Cláudia Estrela Porto

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – FAU/UnB

PARTE 2

POLÍTICAS LINGUÍSTICAS EM PROL DA INTERNACIONALIZAÇÃO ACADÊMICA

CAPÍTULO 9

Pela diversidade linguística nas universidades: o monolinguismo do inglês em debate

Sabine Gorovitz¹

Universidade de Brasília (UnB)

Introdução

Partimos, nesse capítulo, de um trecho extraído do famoso prefácio de Michel Foucault ao livro *Les Mots et les choses* (1966, prefácio), em que o autor desperta a atenção do leitor para a forma como as línguas introduzem recortes e categorias para traduzir e descrever o mundo:

[...] Esse texto cita “uma certa enciclopédia chinesa” onde será escrito que “os animais se dividem em: a) pertencentes ao imperador, b) embalsamados, c) domesticados, d) leitões, e) sereias, f) fabulosos, g) cães em liberdade, h) incluídos na presente classificação, i) que se agitam como loucos, j) inumeráveis, k) desenhados com um pincel muito fino de pelo de camelo, l) *et cetera*, m) que acabam de quebrar a bilha, n) que de longe parecem moscas”. No deslumbramento dessa taxinomia, o que de súbito atingimos, o que, graças ao apólogo, nos é indicado como o encanto exótico de um outro pensamento, é o limite do nosso: a impossibilidade patente de pensar isso.

¹ Sabine Gorovitz é professora do Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução da Universidade de Brasília desde 1996. É líder do grupo de pesquisa MOBILANG que estuda contatos linguísticos em contextos migratórios; políticas e direitos linguísticos; tradução e mediação linguística; interpretação humanitária. Foi Diretora da Assessoria de Assuntos Internacional da Universidade de Brasília entre 2016-2019.

Foucault busca entender as condições do conhecimento empírico, analisando o que deu embasamento à formação das teorias. Lê-se a natureza por meio de signos, que funcionam por analogia; produzir um signo significa, portanto, introduzir e inaugurar uma comparação para representar os objetos e fatos que ocorrem no contexto em que transita o sujeito. As palavras e as coisas não se sobrepõem, mas dialogam numa relação de comparação.

Introduzimos esse capítulo com essa reflexão no intuito de partir da premissa de que os falantes descrevem, analisam e constroem seu mundo de acordo com categorias estabelecidas por paradigmas linguísticos que sugerem uma certa forma de descrição e interpretação das coisas, que não necessariamente coincidem entre comunidades linguísticas distintas. Assim, as categorias e os recortes produzidos pelos falantes de português para elaborar teorias e conceitos não coincidem com aquelas produzidas por falantes de outras línguas. Ou seja, o mundo falado em português é diferente daquele representado pelo inglês. Analisar as práticas discursivas e as relações que se estabelecem entre os falantes a partir desse pressuposto traz à tona a questão da diversidade linguística, em que as normas e as identidades se articulam, acarretando uma polarização dos espaços e das relações de alteridade. A existência de discursos analíticos em línguas diversas dá, portanto, melhor conta do mundo em sua complexidade.

Partimos de tal premissa para defender a diversidade linguística na construção global dos conhecimentos, em que as diferentes comunidades acadêmicas/linguísticas, ao somar-se na análise e interpretação dos dados da natureza, ampliam as possibilidades de entendimento do mundo e a superação dos problemas por elas enfrentados, apresentando acerca dos objetos perspectivas distintas, cada qual os iluminando com um viés agregador.

Em suma, a produção de conhecimento científico fundamenta-se na relação entre conceitualização e língua, na medida em que toda compreensão se

manifesta por meio de um discurso, ou seja, por alguma forma de mediação simbólica, circunscrita por delimitações espaciais, tal como veremos a seguir.

Fronteiras e espaços na construção dos saberes: territórios do conhecimento

A realidade é algo compartilhado por uma comunidade, científica ou não, delimitada por algum tipo de espacialização e de algum sentimento de territorialização. Essa sensação de pertencimento a um território vincula os sujeitos a percepções e interpretações das questões sociais que caracterizam esse espaço em várias escalas: individual, local, regional e global. Ou seja, a forma como um falante ou um grupo de falantes analisa os objetos é sempre circunstanciada por referências a diversos níveis de interlocução.

Isso se desdobra em implicações de ordem coletiva, tais como as linguísticas. Assim, vale considerar que as produções linguísticas (quer sejam produzidas comunitária ou individualmente) também são circunscritas por esses limites e fronteiras geográficas, fazendo do espaço uma delimitação agenciadora e produtora de sentido. Essa espacialização não é neutra; ela sujeita o falante a um conjunto de signos que, ao serem interpretados, produzem normas, papéis, afiliações e distinções que lhe são contingentes. Assim, o espaço acadêmico é produzido de acordo com seus atores e como eles o investem e o constroem, condicionando a compreensão do mundo pelos sujeitos que o interpretam e o transformam. Inversamente, todo espaço é produzido e circunscrito pelos discursos em circulação que o “semantizam”.

Assim, definido enquanto ambiente social e físico, o espaço de produção de conhecimentos funciona também como um sistema de relações e de práticas sociais, embora haja sempre nessa dinâmica uma tensão entre

o movimento de institucionalização social e o da apropriação simbólica individual e inovadora. Instituído pelos indivíduos, pelas comunidades e pelas sociedades, esse espaço é investido por valores e representações subjetivos e intersubjetivos. Logo, as categorias referenciais produzidas por esses discursos são noções fluídas e em constante redefinição, tal como as normas e as produções linguísticas a elas submetidas. Além disso, as delimitações espaciais, às quais toda fala é subordinada, hierarquizam as relações. Partindo de tal premissa, vale notar que cada instituição científica estabelece um conjunto implícito de regras e padrões aos quais seus membros obedecem para exercer sua atividade científica. Um pesquisador pertence a uma comunidade de cientistas, em que o trabalho de pesquisa pretende ser, na maioria das vezes, um trabalho colaborativo entre cientistas de uma comunidade disciplinar. Ele adapta sua atividade a esse conjunto normativo e aos padrões de interpretação que predominam na instituição (elas próprias tributárias de referências supra institucionais), de modo que a informação produzida tenha um caráter científico reconhecido pelos pares. Com o avanço da internacionalização e cooperação internacionais na formação e na produção de conhecimentos, enfrenta-se uma realidade cada dia mais permeável ao compartilhamento de informações e à necessidade de se superarem problemas de maneira consertada e global. Daí a necessidade de veicular conteúdos científicos para além das fronteiras nacionais onde são produzidos. Para tanto, estabeleceu-se paulatinamente, mas não sem uma razão econômica indiscutível, o inglês como língua veicular desses conteúdos, levando os pesquisadores a se valerem cada dia mais da tradução de seus escritos para essa língua, de forma a “de-localizar” as produções e promover a sua circulação e as trocas. Mas a passagem de um texto escrito em língua vernácula para o inglês não é sem consequências, e pressupõe uma série de incidências que serão discutidas a seguir.

Divulgação científica pela tradução: ultrapassando as fronteiras do conhecimento

A tradução é um processo que manifesta as grandes “assimetrias que têm estruturado as relações internacionais durante séculos [...] profundamente implicada nas relações de dominação e dependência, igualmente capaz de mantê-las ou interrompê-las” (VENUTI, 1986, p. 153). A circulação da produção científica, no contexto atual de monolinguismo científico e acadêmico, torna-se tributária dos processos tradutórios enquanto forma de unificação linguística com fins pragmáticos de compartilhamento da informação, por meio da famosa “língua franca”, que, não por acaso, é hoje o inglês. Assim, vale discutir o efeito desse processo tradutório para uma língua única que se impõe sobre as outras na escrita científica, a exemplo das reflexões já amplamente desenvolvidas sobre a tradução de textos literários, também submetidos à necessidade da divulgação global igualmente reveladora de hegemonias na construção literária e cultural.

Vale observar, em referência à reflexão anteriormente exposta a respeito do discurso espacialmente consignado, que o ato da tradução é também pautado pelos conceitos de fronteira e de diferença: a partir de determinadas referências e de conjuntos de categorizações, estrutura-se uma produção discursiva cuja especificidade resulta da comparação e do contraste. Essa noção de fronteira envolve sempre as de ruptura, passagem e transgressão. A partir do estabelecimento de contrastes entre objetos definidos como tal, a tradução assim percebida resulta em uma fusão de elementos tidos como distintos e que se tornam similares a partir de convenções, acordos e institucionalizações enquanto “expressão de realidades políticas e estratégicas” (NICOLAI, 2007, p. 4). Essas fronteiras intervêm, portanto, na elaboração dos conhecimentos e na análise dos objetos que construímos.

O ato tradutório é sempre configurado por um certo deslocamento, por uma atualização que se impõe frente às novas categorias que delimitam o objeto de que se fala. Assim, a não coincidência das categorias semiológicas gera o que Jakobson (1981) chama de “equivalência na diferença”, em que a relação simbólica estabelecida entre as duas falas e uma determinada experiência, embora intimamente vinculadas, não coincidem. São recortes diferentes de um mesmo universo, que manifestam semelhanças e diferenças, por vezes inconciliáveis. Assim, ao denunciar-se no processo essa não coincidência dos recortes, existe, subjacente, a ideia de passagem e de transposição de fronteira, uma transgressão em relação ao que estava anteriormente definido. Portanto, quando dois sistemas entram em contato, fazem emergir a consciência da alteridade que emana de cada falante e de cada comunidade linguística, notadamente na área científica. A tradução assim definida é concebida como uma transferência normativa de uma língua para outra e, sobretudo, de um recorte linguístico para outro. Logo, a tradução considerada como uma relação entre línguas diferentes aparece como uma operação comparativa entre dados diferentes.

Parte-se, mais uma vez, do pressuposto da heterogeneidade constitutiva do funcionamento linguístico e das comunidades linguísticas. Seria dizer que cada ato de fala não é se não um exemplo específico de produção linguística e que a reformulação por meio da tradução inaugura uma variação a partir de um repertório ampliado e não de uma travessia. Deixa, portanto, de ser percebida apenas como uma passagem a partir de um ato de comparação em busca de equivalência, e passa a ser considerada como uma realização particular dentre outras possíveis da mensagem. Portanto, trata-se de perceber a tradução como uma operação de variação, colocando o foco na relatividade das escolhas, em que

as supostas equivalências são atos inaugurais e factuais, uma variação sempre tributária da dinâmica textual em que o nível semântico, no qual a tradução opera não se situa nem na língua nem na fala (texto/discurso), mas na intercessão das duas, no contato.

Conclusão: a diversidade linguística como garantia da diversidade científica

A dominação ou a supremacia de uma língua sobre as outras tem um efeito irremediavelmente simplificador, pois achata/reduz a variedade de sistemas e combinações sugeridos por uma determinada perspectiva advinda da língua em que o processo científico é elaborado e construído. Assim, a vitalidade da pesquisa é diretamente tributária da capacidade de ampliação das noções por meio da sua circulação global em línguas diversas, ou seja, em pontos de vista variados.

A língua veicular/franca da ciência hoje é incontestavelmente o inglês. Muitos defendem sua proeminência ressaltando características que o tornariam mais apto a expressar os produtos da construção científica, tais como a simplicidade de estrutura, a morfologia marcada por palavras curtas, a flexibilidade de sua construção sintática etc. Mas é preciso denunciar o essencialismo que caracteriza o discurso sobre as línguas, cujas representações, muitas vezes, sugerem ideologias fantasiosas e desprovidas de análise objetiva. De fato, nenhum idioma poderia encarnar por natureza a linguagem científica. Com efeito, Bernard Cerquiglini (2013, p. 11-17) já afirmava que: *“On a longtemps considéré le latin comme la langue scientifique par excellence; au 18e siècle, c’était le français, pour sa prétendue clarté, de même que l’allemand a pu passer pour l’idiome de la philosophie”*.

Esses exemplos de representações manifestadas acerca das línguas revelam o quanto as imagens construídas por analogia à própria relação que se instaura historicamente com uma determinada comunidade de fala e cultural acabam por sustentar uma série de argumentos supostamente indiscutíveis que fundamentam o prestígio e o estigma acerca das produções linguísticas.

Humboldt (1883) também já mostrava que uma língua é, antes de mais nada, uma análise incompleta e subjetiva do real, uma visão do mundo e que, por consequência, os elementos de realidade construídos por uma língua nunca emergem da mesma forma em outra. A língua é um recorte, um enfoque particular do real que a nossa ancoragem linguística e cultural nos impõe. A questão que aqui se coloca é saber se há uma ou diversas experiências do mundo e se esta experiência é definível.

Na tradução, trata-se menos de saber se atingimos algum tipo de equivalência — seja ela semântica ou formal — do que de perceber qual experiência está sendo levada em conta. Uma tradução, para além de inaugurar um contato entre dois recortes, consiste em uma leitura contextualizada em que há sempre tantas versões de um mesmo fato quanto falantes. Assim, é preciso renunciar ao princípio de equivalência entre as partes e analisar o sentido que surge do próprio contato, revelando perspectivas diversas daquelas sugeridas pelo pesquisador em sua língua de escrita.

Referências

BOURDIEU, Pierre. *Ce que parler veut dire. L'économie des échanges linguistiques*. Paris: Fayard, 1982.

CERQUIGLINI, Bernard. Le Plurilinguisme en faveur de la Science. *Synergies Europe*, n. 8, p. 11-17, 2013.

FOUCAULT, Michel. *Les mots et les choses*, Gallimard, 1966.

HUMBOLDT, von W. *Die Sprachphilosophischen Werke Wilhelm von Humboldts*. Berlin: F. Dummler, 1883.

JAKOBSON, Roman. *Eléments de linguistique générale* (1 et 2). Paris: Éditions de Minuit, 1981. Collection Double.

NICOLAI, N. Des frontières et des normes, de l'ethnicité et du style. *In: Question(s) de Frontiere(s) et Frontiere(s) en Question(s)*, MSH-Nice, 14-15, décembre 2007. Table ronde.

VENUTI, Lawrence. The Translator's Invisibility. *Criticism*, Wayne State UP, v. XXVIII, n. 2, p. 179-212, Spring 1986. *A invisibilidade do tradutor*. Tradução de Carolina Alfaro. *PaLavra* 3, p. 111-134, 1995.

A internacionalização das universidades é inevitável, e as instituições começam a implementar suas políticas e estratégias, influenciadas pelas dinâmicas acadêmicas internacionais, pelas políticas governamentais nacionais, regionais e mundiais. O desafio é manter o foco nas questões e necessidades locais, beneficiando-se de competências internacionais. Deve ser definida de acordo com o perfil das instituições e das necessidades das suas comunidades, com potencial para melhorar o ensino e a pesquisa localmente produzida de modo a fomentar o crescimento sustentável da região, em diálogo constante com o contexto global e valores compartilhados em projetos acadêmicos de temáticas transversais, multidisciplinares e interinstitucionais, a fim de estruturar uma rede territorial de cooperação acadêmica. É mais um instrumento para fomentar o diálogo entre atores da internacionalização acadêmica. Esta obra apresenta reflexões sobre as políticas de internacionalização das instituições de ensino superior no Brasil; foca na questão do pertencimento e da atuação em redes internacionais de pesquisa e de diálogo acadêmico; as políticas linguísticas em prol da internacionalização também são objeto de ampla reflexão, aliando-se a sugestões de boas práticas como duplas titulações e eficientes modelos de mobilidade baseados em simetria e reciprocidade. Apresenta discussões voltadas aos programas de cooperação acadêmica e às parcerias consolidadas entre universidades e órgãos internacionais. Boa Leitura!